
Vulnerabilidades sociais e trajetórias de vida: a aps e a produção de saúde

Caderno
de Tessituras



Vulnerabilidades sociais e trajetórias de vida: a APS e a produção de saúde

Caderno de Tessituras

Comissão editorial/organização

Bárbara Oliveira Batista
Gabriela Antunes Ferreira
Gisele Araújo Magalhães
Mariana Prado de Souza
Rejane Ferreira dos Reis

3



EXPEDIENTE

Ministério da Saúde

MINISTRO
Alexandre Rocha Santos Padilha

Secretaria de Atenção Primária à Saúde – SAPS

SECRETÁRIA
Ana Luiza Ferreira Rodrigues Caldas

COORDENAÇÃO-GERAL DE ACESSO
E EQUIDADE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA
À SAÚDE – CGAEQ
Lilian Silva Gonçalves

Coordenação de Atenção as Pessoas em Conflito com a Lei – COAPC

COORDENADORA
Ethel Proença Braga

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

REITOR
Alessandro Fernandes Moreira

VICE-REITOR
Alamanda Kfoury Pereira

Faculdade de Medicina da UFMG

DIRETORA
Andréa Maria Silveira

VICE-DIRETORA
Zilma Silveira Nogueira Reis

Departamento de Medicina Preventiva e Social

CHEFE DE DEPARTAMENTO
Alzira de Oliveira Jorge

Projeto Adolescências e Tessituras

COORDENAÇÃO GERAL
Cristiane de Freitas Cunha Grillo

COORDENAÇÃO ACADÊMICA
Marília Faleiro Malaguth Mendonça

COORDENAÇÃO TÉCNICA
Vinício Araújo Martins

ASSESSORIA DA COORDENAÇÃO
GERAL E TÉCNICA
Ana Luiza de Oliveira Moreira

ASSESSORIA DE METODOLOGIA
Patrícia Regina Guimarães
Thereza Christina Portes Ribeiro
de Oliveira

CONSULTORIA
Eloísa Grossman
Juliana Maddalena Trifilio Dias

COORDENAÇÕES TERRITORIAIS
Andréa Chicri Torga Matiassi
Bianca Ferreira Rocha
Bruna Simões de Albuquerque
Gabriela Antunes Ferreira
Gisele Araújo Magalhães
Lisley Schlens Braun
Marina Diniz Luna do Nascimento
Patricia Spyer Prates
Rejane Ferreira dos Reis

ASSESSORIAS TERRITORIAIS
Bárbara Oliveira Batista
Esther Maria Dias Kfuri
Isabella Barbosa de Paiva Diniz
Larissa Brunna Marques Emerick
Laura Lemos Avelar
Marcella Hannah Nunes Urubatã
Mariana Prado de Souza
Mateus Henrique Santos de Souza Jr.
Sílvia Coutinho Souza Lima

Grillo, Cristiane de Freitas Cunha [G859v]
Vulnerabilidades sociais e trajetórias de vida: a APS e a produção de saúde / Comissão Editorial: Cristiane de Freitas Cunha, Ana Paula Martins Lara, Andréa Chieri Torga Matiassi et al. Belo Horizonte: Projeto Adolescências e Tessituras, 2026. 35p.; – (Adolescência e Tessituras, v. 3).

ISBN: 978-65-977432-0-9

1. Adolescentes. 2. Atenção Primária à Saúde. 3. Racismo. 4. Direitos humanos. 5. Segurança alimentar e nutricional. 6. Violência contra as mulheres. 7. Adolescentes - Comportamento sexual. 8. Tráfico de drogas. 9. Juventude – Vida religiosa. I. Lara, Ana Paula Martins. II. Matiassi, Andréa Chieri Torga. III. Título. IV. Série.

CDU 159.922.8

CDD 155.5

Elaboração: Helenice Rêgo dos Santos Cunha – CRB 1461

Projeto gráfico

Julio Abreu

Diagramação

Julio Abreu

Nathália Guedes Lobato Tavares

Revisão

Diogo da Costa Rufatto

Produção editorial

Ana Clara Bastos

Sumário

Introdução 6

**Trilha 3. Vulnerabilidades sociais e trajetórias de vida:
a APS e a produção de saúde 8**

Apresentação 9

**Ciclo 1. Racismo, direito à religiosidade, direito ao amor,
gênero e sexualidade no sistema socioeducativo 10**

Tempo de ver 11

Tempo de compreender 14

Tempo de concluir 16

Tempo de concluir 17

Tempo de compreender 18

Tempo de concluir 19

Ciclo 2. Direitos humanos em saúde nas adolescências 22

Tempo de ver 23

Tempo de compreender 25

Tempo de concluir 26

Tempo de ver 27

Tempo de compreender 30

Tempo de concluir 32

Tessituras da trilha 3 33

Rumo à Trilha 4 34

Referências 35

Introdução

O Caderno de Tessituras é um dos mediadores do nosso convite à reflexão e à construção coletiva de outras leituras sobre o trabalho com as adolescências. Trata-se de um caderno de atividades práticas sobre os temas que orientam nosso percurso formativo, a saber:

▲ **Caderno de Tessituras 1:** *Onde o adolescer acontece: cartografia do território*

▲ **Caderno de Tessituras 2:** *O adolescente especialista de si: o usuário como guia*

▲ **Caderno de Tessituras 3:** *Vulnerabilidades sociais e trajetórias de vida: a APS e a produção de saúde*

▲ **Caderno de Tessituras 4:** *Clínica do adolescente em atendimento socioeducativo e o trabalho em equipe no território vivo*

▲ **Caderno de Tessituras 5:** *PNAISARI e Projeto Territorial Situado*

Cada Caderno tem como principal referência teórica o nosso livro (em formato e-book) *Adolescências e Tessituras*, composto por cinco volumes, cada um deles articulado ao seu respectivo Caderno. É possível, contudo, que um Caderno de Tessitura traga referências para além de seu volume correspondente, ou seja, que ele mencione

pontos, temas ou questões que são tratadas nos demais volumes do livro. Isso ocorre porque os temas são amplos, suscitando um campo passível de interseções e conexões necessárias.

As atividades propostas nos Cadernos de Tessituras – sugestões de leitura, indicações de filmes, podcasts e outros recursos – visam enriquecer as reflexões e acompanhar cada participante em seu percurso formativo.

Pretende-se que cada um/a seja autor de seu percurso. Para contribuir com esse processo formativo, esperamos que você inclua e apresente suas questões e seus impasses, colocando seu olhar para novos pontos de vista e registrando suas descobertas, tendo sempre o/a adolescente como guia.

Como produto de **cada trilha**, serão construídas **cartografias** que visam a uma conversa viva entre os conteúdos trabalhados em cada percurso e o cotidiano do trabalho em saúde.

Ao final do curso, as trilhas se encontrarão em um livro coletivo, reunindo as contribuições, produções e elaborações autorais dos participantes que desejarem partilhá-las.

Trilha 3

Vulnerabilidades sociais e trajetórias de vida: a aps e a produção de saúde

Apresentação

Bem vindas/os à Trilha 3!

Este é o terceiro de um conjunto de cinco cadernos que orientarão nossas conversas e construções no Curso Adolescências e Tessituras.

Nos cadernos anteriores, vocês passaram pelas Trilhas 1 e 2. Na Trilha 1, fizeram um percurso de onde as adolescências acontecem e o início da construção das cartografias. Na Trilha 2, iniciaram a investigação sobre a metodologia do/a adolescente especialista de si e o saber do/a adolescente, começando a construção de aprendiz junto ao/à jovem.

Nesta terceira Trilha, o convite é para pensarmos o/a adolescente e as vulnerabilidades sociais e seus impactos sobre as trajetórias de vida: a Atenção Primária à Saúde (APS) e a produção de saúde. Para tanto, contamos com o seminário disparador, com o terceiro volume do livro *Adolescências e Tessituras e dois ciclos de conversações*.

Ciclo 1

Racismo, direito à religiosidade, direito ao amor, gênero e sexualidade no sistema socioeducativo

No primeiro ciclo desta trilha, abordaremos o racismo como uma chave de leitura para as vulnerabilidades sociais e as trajetórias de vida dos/as adolescentes nos nossos territórios de trabalho. Além disso, o direito à religiosidade aparece como ponto importante a ser pensado para a lógica de trabalho na garantia de saúde integral dos/as adolescentes que atendemos em nosso cotidiano. É preciso pensar a religiosidade também como um direito.

Nesse sentido, abordaremos, também neste ciclo de conversações, o gênero e a sexualidade no Sistema Socioeducativo, não pelo aspecto normativo e moralizante da saúde/doença e da gravidez na adolescência, mas pela via dos afetos e do desejo e, ainda, como um direito: o direito ao amor.

O RACISMO E O NEGRO NO BRASIL

Iniciamos este tempo com a indicação do episódio do dia 26 de maio de 2022 do podcast *Mano a Mano*, em que a entrevistada é a filósofa, escritora e ativista antirracista brasileira Sueli Carneiro. Destacamos o trecho a seguir para que possamos ter uma visão do que é o racismo no Brasil e como as vulnerabilidades surgem e são perpetuadas até hoje na população negra do país. Indicamos também o primeiro capítulo do terceiro e-book do nosso percurso formativo: “O racismo e o negro no Brasil: Contribuições para a prática dos profissionais da atenção primária à saúde e dos profissionais da PNAISARI”

Sueli: A palavra essencial para explicar a nossa existência é “racismo”. Racismo é uma ideologia para produzir privilégios para um grupo institucionalizado como superior em detrimento de outro, considerado inferior. Isso organiza nossa existência neste país desde sempre. A abolição significou: “Vocês estão livres para morrer nas sarjetas deste país”. Não teve um projeto de inclusão social, de reforma agrária ou de educação. O projeto da elite intelectual era outro: “Com essa negrada e esses índios não vai dar certo. Vamos embranquecer este país trazendo gente civilizada pra trabalhar e formar o povo brasileiro.” A missão dos italianos e alemães era civilizar, embranquecer e transformar isto aqui numa “Europa nos trópicos”. (30min 17s)

Já os trechos abaixo são do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus (1960), e retratam o cotidiano de uma favela em 1958-1959, mas poderiam ser a reprodução de algo que acontece em qualquer favela brasileira hoje, em 2026. Mais de sessenta anos se passaram e pouco se avançou em relação às maneiras como se criminaliza o modo de vida do negro e pobre brasileiro.

[...] Recebi intimação para comparecer às 8 horas da noite na Delegacia do 12. Passei o dia catando papel. À noite os meus pés doíam tanto que eu não podia andar (p. 30).

Começou a chover. Eu ia na Delegacia, ia levar o José Carlos. A intimação era para ele. O José Carlos está com 9 anos (p. 30).

Fui na delegacia e falei com o tenente. Que homem amável! Se eu soubesse que ele era tão amável, eu teria ido na delegacia na primeira intimação. O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil à pátria e ao país (p. 31).

[...] o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados (p. 40).

Reflita junto com a sua equipe: para vocês, o que a história do racismo e do negro no Brasil tem a ver com as diversas vulnerabilidades sociais e trajetórias de vida dos/as adolescentes? A partir dessa reflexão, enumerem ao menos três vivências de vulnerabilidade em saúde a que um/a adolescente do território em que vocês trabalham possa ser acometido/a e que estão relacionadas ao racismo.

Faça anotações de todas as atividades propostas nesta trilha e guarde-as neste caderno, no celular, no computador, impressas ou como preferir. Manter esse registro é parte importante deste percurso formativo.

DIREITO À RELIGIOSIDADE

No Brasil, a religiosidade se apresenta como um tema tabu, porém, ao mesmo tempo, está presente na vida de muitos dos/as adolescentes atendidos/as no contexto da APS. Muitas vezes, porém, esses/as adolescentes não se sentem à vontade para expressar ou abordar esse assunto na dinâmica dos atendimentos em saúde.

Trazendo um pouco do que os/as adolescentes dizem sobre a temática, podemos indicar o relatório diagnóstico *Direitos de crianças e adolescentes: diagnóstico do Município de Belo Horizonte – escuta dos adolescentes*. Em vários pontos desse diagnóstico é possível deter o olhar sobre o que os/as adolescentes dizem sobre suas vivências a partir da palavra “religião”, abordada na metodologia utilizada nesse diagnóstico. Nesse sentido, indicamos o capítulo “Raça e outros marcadores de violência: uma chave de leitura para o diagnóstico”. Além disso, contamos com o capítulo: “O direito à religiosidade e a atenção em saúde aos/às jovens que cumprem medidas socioeducativas: contradições, violações e caminhos possíveis”.

Você se lembra de algum caso em que a religiosidade do/a adolescente foi positiva ou negativa na sua condução do caso? Reflita sobre essa pergunta e registre suas impressões.

Você tem alguma vivência de religiosidade? Gostaria de escrever um pouco sobre isso, sem citar diretamente se faz parte de alguma religião específica ou instituição religiosa? Faça-o em poucas linhas, tente focar na essência dessa vivência religiosa, sem pensar em regras ou dogmas. Guarde este exercício para você e apenas reflita sobre a importância da sua vivência de religiosidade em sua vida e os impactos sobre sua saúde.

Tempo de compreender

No tempo de ver, foi possível entrar nas temáticas abordadas nesta trilha e tecer algumas reflexões sobre como será possível trabalhá-las ao longo deste percurso formativo. Agora chegou a hora de construir um saber a partir do que foi visto anteriormente. O objetivo deste tempo é que, a partir de trocas, reflexões e elaborações, algo seja apurado sobre os temas propostos.

MAPEANDO AS VULNERABILIDADES

Abaixo, listamos algumas palavras, expressões ou pontos de destaque presentes nos capítulos citados no tempo de ver:

- ▲ necropolítica;
- ▲ biopoder e biopolítica;
- ▲ genocídio da juventude negra;
- ▲ adolescente em situação de trabalho infantil no tráfico de drogas;
- ▲ quesito raça/cor e autodeclaração do/a adolescente;
- ▲ redução da maioridade penal;
- ▲ aumento do tempo do cumprimento de medidas socioeducativas;
- ▲ imposição de crenças religiosas;
- ▲ escuta e valorização das experiências religiosas pautadas pelos/as adolescentes.

Se possível, trabalhe junto com a sua equipe e reflita sobre os pontos listados anteriormente. Convidamos vocês a escreverem livremente sobre algum caso atendido, destacando ao menos três dos tópicos listados acima e fazendo um paralelo entre racismo/intolerância religiosa x aumento da vulnerabilidade a que o/a adolescente está submetido/a.

O racismo muitas vezes aparece de forma invisível e disfarçado no Brasil. É uma violência entranhada no cotidiano. Você já reparou que em sua cidade alguns lugares são simbolicamente “proibidos” para alguns corpos? Não há uma placa dizendo: “aqui negros não podem entrar”, mas são espaços onde as pessoas negras não circulam e que não frequentam. Isso se torna ainda mais grave quando acontece em equipamentos e políticas públicas, porque se traduz em não acessos sistemáticos e mortíferos para uma grande parcela da população.

Se possível, reflita junto com a sua equipe para responder à pergunta: vocês conseguem citar, no território onde atuam ou na cidade onde vivem, lugares em que as pessoas negras não circulam e que não frequentam mesmo sendo gratuitos e abertos a todos?

O racismo se apresenta como um fator central quando pensamos em vulnerabilidade social no Brasil. Ao mesmo tempo, não desconsiderar a pergunta sobre raça/cor e suas implicações para os usuários do nosso território apresenta-se como um fator protetivo para a garantia de acesso dos usuários no contexto da APS.

Se possível, reflita junto com a sua equipe para responder à pergunta: vocês conseguem identificar, no território onde atuam,

grupos familiares, pontos geográficos e instituições com usuários que estão mais vulneráveis devido ao atravessamento do racismo? Façam o exercício de identificar esses grupos mapeando o território e, ao mesmo tempo, tentem identificar os fatores de proteção a que esses grupos têm acesso a partir do próprio território (instituições, movimentos sociais, profissionais do território, lideranças comunitárias, espaços religiosos, entre outros).

Tempo de concluir

Este tempo não visa esgotar a discussão, mas abrir possibilidades para pensar os impasses do trabalho na ponta. É a possibilidade de um respiro para pensar casos até então vivenciados por você e por sua equipe como sem solução. O cotidiano de trabalho na APS é, em sua maioria, permeado por desafios, muitos dos quais têm origem histórica e estrutural. Só é possível tornar o cenário menos árido quando tomamos conhecimento de algo que se construiu há séculos e tentamos romper, mesmo que a curtos passos, essa lógica violenta e segregativa.

Diante das perguntas e reflexões colocadas ao longo deste ciclo, convidamos vocês a pensarem sobre um caso atendido em seu território de trabalho e em uma pergunta “a mais” que vocês fariam para tal caso após este percurso formativo. Pensem sobre novas questões, novas possibilidades de encaminhamento e alternativas de compartilhamento do caso em sua rede de atendimento.

Na segunda parte do Ciclo 1, convidamos vocês a pensarem no direito ao amor, em gênero e sexualidade no Sistema Socioeducativo, considerando os modos como os afetos, os corpos e os vínculos são atravessados pelas instituições.

Tempo de concluir

DIREITO AO AMOR, GÊNERO E SEXUALIDADE

NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Sabemos que somos seres marcados pelo desamparo. Ao nascer, dependemos de um outro que nos cuide, que nos sustente e nos invista de afeto para que possamos viver. Essa primeira experiência deixa marcas que nos acompanham ao longo de toda a vida. Não se trata de algo passageiro, mas de uma condição estrutural, que atravessa nossos modos de existir e de nos relacionar.

Se o cuidado é condição de sobrevivência, o que acontece quando ele falha, se rompe ou nunca se sustenta?

Já parou para pensar nisso?

A partir dessa reflexão, liste todos os cuidados que um recém-nascido precisa para viver. Observe: como o amor participa ou não desses cuidados?

Se o ser humano se constitui nessa relação com o outro, o amor pode ser pensado como condição de possibilidade da vida em comum. Não aparece como algo acessório, nem se reduz a um sentimento. Diz respeito ao laço, ao encontro, ao que sustenta a presença do outro.

Mas será que todos têm esse direito reconhecido?

Quando olhamos para contextos marcados por violências, desigualdades e rupturas de vínculos, essa experiência é vivida da mesma forma?

O que pode significar falar em direito ao amor quando o próprio laço social está em risco?

Se seguirmos por esse caminho, talvez seja possível dar um passo a mais. Se o amor diz respeito ao laço com o outro, a sexualidade pode ser entendida como um dos modos pelos quais esse laço se experimenta no corpo, no desejo e nos vínculos. Ela não se reduz ao ato sexual nem à função reprodutiva, mas atravessa as formas de se relacionar, de buscar o outro, de se deixar afetar. Falar de sexualidade é, nesse sentido, também falar de amor; não como equivalentes, mas como dimensões que se entrelaçam.

Nos espaços institucionais, no entanto, essa dimensão costuma aparecer apenas quando se torna problema: risco, indisciplina, algo a ser contido. Muitas vezes, as abordagens em relação à sexualidade ficam restritas à prevenção ou ao tratamento de doenças sexualmente transmissíveis. O desejo raramente entra em cena. O afeto, muitas vezes, é desautorizado.

Essas experiências não se distribuem de forma igual. Quando entram em jogo marcadores como raça, gênero e sexualidade, certos corpos passam a ser mais vigiados, certos desejos mais suspeitos, certas formas de amar menos reconhecidas. Em uma sociedade atravessada pelo racismo e por normas rígidas, nem todos os sujeitos são igualmente autorizados a desejar, a se vincular e a existir em seus afetos.

UM CONVITE A OLHAR O COTIDIANO

No dia a dia da unidade, em que momentos o amor ou a sexualidade aparecem? Como essas cenas têm sido lidas pelos profissionais e que respostas costumam se produzir entre a repreensão, o silêncio, o encaminhamento ou a escuta? Em quais situações a sexualidade surge apenas vinculada à prevenção ou ao tratamento de doenças?

Tempo de compreender

Se, em um primeiro momento, foi possível localizar essas cenas, o movimento agora é outro. Não se trata apenas do que aparece, mas do modo como isso é lido.

Entre o que é visto e a forma como se intervém, há sempre um intervalo. É nele que se inscrevem valores, experiências e modos de responder ao que se apresenta. No contexto da socioeducação, esse intervalo se torna ainda mais sensível: adolescentes em atendimento socioeducativo frequentemente encontram limites à possibilidade de sustentar e expressar seus desejos, sua sexualidade e seus afetos.

Compreender, aqui, não é explicar, mas sustentar que o cuidado acontece também neste ponto, onde a leitura se faz, e que é ali que algo pode se deslocar.

A partir dessas reflexões, tente se aproximar de uma situação concreta do seu cotidiano: um caso, uma cena ou um encontro que tenha te marcado positivamente. O que, ali, apareceu em torno do amor, do afeto ou da sexualidade? O que pôde ser dito? E o que pareceu não encontrar palavras? Observe como isso se manifesta: na fala, no corpo, nos silêncios, nos desvios, nos gestos. Muitas vezes, é justo no que não se diz diretamente que algo insiste em aparecer.

Tempo de concluir

Se o amor e a sexualidade dizem respeito à forma como o sujeito se inscreve no laço com o outro, talvez o trabalho no cuidado não seja o de corrigir ou conter essas experiências, mas de sustentar condições para que possam aparecer sem serem imediatamente reduzidas a um problema. Isso não elimina os impasses nem as tensões institucionais, mas desloca a posição de quem cuida. Não se trata de deixar de intervir, mas de intervir de outro modo.

Concluir aqui não é fechar, mas reconhecer que algo precisa se mover para que o direito ao amor e à sexualidade deixe de ser apenas enunciado e possa, ainda que de forma parcial, ganhar lugar na experiência.

Um convite para ouvir uma música...

"Vida loka também ama", MC Bó do Catarina

A letra introduz uma torção importante: "nóis é vida loka, mas nóis também ama". Ao afirmar o amor a partir de um lugar social frequentemente capturado por discursos de periculosidade e controle, ela desloca o modo como esses sujeitos são lidos. Não se trata de negar os atravessamentos que os constituem, mas de sustentar que, mesmo aí, o desejo insiste.

No contexto da socioeducação, em que a vida desses/as adolescentes tende a ser reduzida à lógica da medida e da correção, a possibilidade de amar e de falar sobre isso aparece frequentemente desautorizada ou desqualificada. A letra, ao contrário, recoloca o amor como experiência legítima, como algo que não se perde mesmo quando a vida "tá difícil".

Mais do que um ideal normativo, o amor surge aqui como forma de laço, como partilha de afetos e como insistência de uma dimensão que escapa à captura institucional. Isso coloca em questão: que lugar é dado, nesses contextos, às manifestações de desejo, sexualidade e afeto? O que pode ou não ser reconhecido como expressão legítima de vínculo? Como nos sugere a música, "vamos compartilhar os sentimentos"? Aqui, propomos a construção de uma cartografia dos afetos e sentimentos, quaisquer que sejam eles. A ideia é criar um mapa sensível das experiências, percebendo como emoções, memórias e sensações atravessam os espaços, os encontros e o cotidiano.

Você pode atribuir cores aos sentimentos, nomeá-los, desenhá-los ou representá-los da maneira que fizer mais sentido. Também pode relacionar lugares da cidade, da casa, da escola ou de outros espaços que despertem diferentes afetos em você: alegria, medo,

acolhimento, angústia, saudade, tranquilidade, vergonha, desejo, entre tantos outros.

O objetivo não é organizar sentimentos “certos” ou “errados”, mas perceber como eles circulam, aparecem e se conectam à sua história, aos seus vínculos e aos espaços que você habita.

RUMO AO CICLO 2

Acabamos de concluir mais um ciclo de conversações. Por isso, como já é de costume neste percurso formativo, deixamos um espaço para que você possa anotar impressões, anseios e reflexões provocados pelas trocas vividas no coletivo das conversações.

Ciclo 2

Direitos humanos em saúde nas adolescências

Neste Ciclo 2, abordaremos os direitos humanos, a saúde e a adolescência. Teremos como guia o Volume 3 do e-book *Adolescências e Tessituras, que será seu material de consulta no decorrer deste caderno. Acesse os capítulos:*

- ▲ Direitos humanos: contextualização;
- ▲ Segurança alimentar e nutricional no contexto de adolescentes em atendimento socioeducativo: panorama, políticas e desafios;
- ▲ Abordagem de mulheres em situação de violência: uma proposta de metodologia para a promoção da cultura de paz entre adolescentes, famílias e comunidades;
- ▲ Adolescências e tráfico de drogas: a invisibilidade de uma das piores formas de exploração do trabalho infantil.

Você já parou para pensar nos direitos dos/as adolescentes? Como a violação de diferentes direitos pode impactar negativamente na saúde dos/as adolescentes? Já percebeu quantas vezes a comida e a alimentação aparecem nas falas dos/as adolescentes no atendimento na Unidade Básica de Saúde (UBS)? Como é a vida desses/as adolescentes nas unidades socioeducativas e como era fora? Quem acompanha esse/a adolescente na UBS? Todos esses questionamentos serão retomados neste segundo ciclo. Por ora, convidamos você a anotar suas primeiras impressões acerca do tema.

Tempo de ver

DIREITOS HUMANOS: ADOLESCÊNCIAS E VULNERABILIDADES

Iniciamos este tempo com um convite: olhar para os direitos humanos não como um conceito abstrato, mas como algo presente (ou ausente) no dia a dia dos territórios e dos serviços de saúde.

Os direitos humanos são construções históricas, fruto de lutas sociais, e têm como marco internacional a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), elaborada após a Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo foi afirmar que todas as pessoas, independentemente de qualquer característica, têm direito a viver com dignidade.

Mas o que isso significa na prática?

Significa que direitos como saúde, alimentação, educação, moradia, liberdade e dignidade, entre outros, são garantias fundamentais, irrenunciáveis e inalienáveis. E mais: esses direitos são universais, indivisíveis e interdependentes. Ou seja, quando um falha, os outros também são impactados.

Reflita junto com a sua equipe para responder à pergunta: um adolescente que precisa trabalhar para ajudar em casa vive a adolescência da mesma forma que outro que tem acesso pleno à escola e ao lazer? Como o território influencia as possibilidades de ser adolescente? E o atendimento socioeducativo, como pode impactar a adolescência?

As vulnerabilidades que atravessam a adolescência estão diretamente ligadas ao **acesso (ou não) aos direitos humanos básicos**.

Convidamos você a pensar sobre uma violação grave dos direitos humanos: a presença de crianças e adolescentes no tráfico de drogas. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) incluiu o tráfico de drogas entre as “piores formas de trabalho infantil” (Organização [...], 2014), juntamente com exploração sexual, escravidão e recrutamento forçado em conflitos armados.

Mas o que levou esse adolescente a ingressar no tráfico de drogas? Essa pergunta não busca uma resposta simples ou individual. Ela nos convida a enxergar:

- ▲ Quais direitos não foram garantidos ao adolescente ao longo dessa trajetória?
- ▲ Que violências podem ter sido vivenciadas?

Muitas vezes, o ingresso no tráfico não é uma “escolha livre”, mas uma resposta possível dentro de um contexto de restrição de direitos e que muitas vezes pode representar a possibilidade de pertencimento a um grupo, que de alguma forma tem projeção no território.

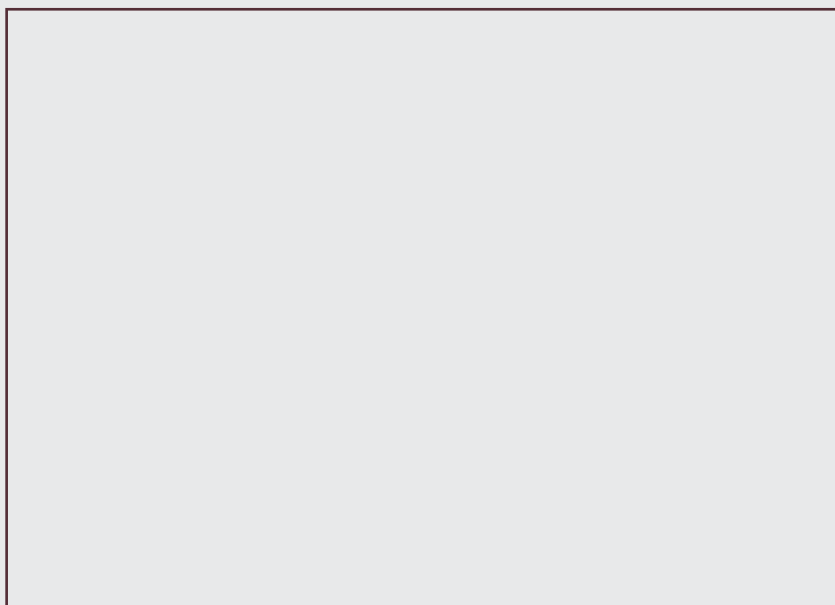
Acerca desse tema, convidamos você a assistir à série *Sintonia* (2019), produzida pela Netflix em parceria com a Gullane, de autoria de KondZilla, Felipe Braga e Guilherme Moraes Quintella. Anote suas impressões e reflexões.

Tempo de compreender

Agora chegou o momento de colocarmos em prática as reflexões geradas no tempo de ver. Nossa proposta é que você pense em algum/a adolescente atendido/a. Você consegue identificar, no seu território, situações em que direitos básicos desse/a adolescente podem não estar sendo garantidos? Guarde essas percepções, pois vamos retomá-las depois.

Lembre-se de que os direitos humanos não funcionam isoladamente (princípio da indivisibilidade dos direitos) e que a falta de acesso a um direito pode gerar vulnerabilidades na garantia de outros.

Assim, convidamos você a fazer um quadro/mapa conectando o caso do/a adolescente atendido/a com os direitos humanos que você percebe como garantidos ou violados em sua trajetória. Como eles estão relacionados? Quais interferem nos outros? Quais os impactos na saúde? Utilize setas, linhas, palavras-chave e desenhos. Guarde este mapa para ser discutido em grupo, buscando ampliar o olhar coletivo sobre o caso e as possibilidades de atuação no território.



Tempo de concluir

E o nosso papel na prática?

Este tempo buscou ampliar as reflexões construídas ao longo do percurso. Ao olhar para as adolescências a partir dos direitos humanos, reconhecemos que as vulnerabilidades não são individuais ou isoladas, mas produzidas em contextos históricos, sociais e territoriais. O exercício de mapear direitos garantidos e violados permitiu deslocar o foco do comportamento do/a adolescente para as condições que atravessam sua trajetória, compreendendo situações como o envolvimento com o tráfico não apenas como escolha, mas como expressão de restrições de direitos e fragilidades na rede de proteção.

Retomando os mapas construídos, convidamos você a refletir para responder às perguntas: o que esse exercício revelou sobre o território? Que conexões entre vulnerabilidades e saúde se tornaram mais visíveis? E em que pontos a rede poderia ter atuado – ou ainda pode atuar? Mais do que respostas prontas, o desafio está em qualificar o olhar, fortalecendo uma escuta que considere o contexto de vida, ampliando a atuação intersetorial e construindo estratégias de cuidado orientadas pela garantia de direitos.

Encerramos esta primeira parte do Ciclo 2 sugerindo que você registre os principais aprendizados, os desafios do território, as possibilidades de mudança na prática e as questões que permanecem em aberto. Que este percurso siga reverberando no cotidiano das equipes e abrindo caminhos para um cuidado mais integral, articulado e comprometido com os direitos humanos.

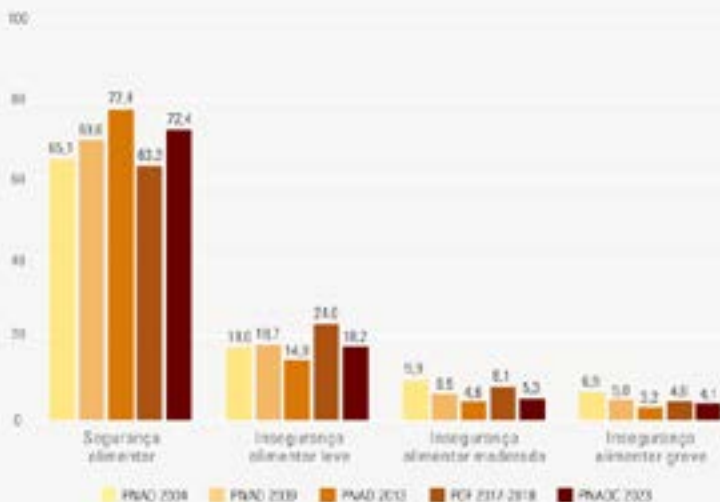
Na segunda parte do Ciclo 2, convidamos você a ampliar o olhar para a alimentação e a rede do/a adolescente. A partir do território, vamos refletir sobre como esses temas se manifestam no cotidiano dos/as adolescentes, influenciando escolhas, possibilidades e condições de saúde.

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: COMO APARECE NO TERRITÓRIO?

Começaremos retomando a definição de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): um direito fundamental no Brasil, que assegura a todas as pessoas o **acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e adequados a nível nutricional**, sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, respeitando a diversidade cultural, ambiental, econômica e social.

Quando os alimentos disponíveis para o/a adolescente no domicílio sofrem modificações negativas, seja na piora da qualidade nutricional, seja no aumento do consumo de ultraprocessados em detrimento de alimentos *in natura*, ou a quantidade passa a não suprir mais as necessidades do/a adolescente, chamamos isso de insegurança alimentar e nutricional. A imagem abaixo apresenta um panorama desse cenário entre 2004 e 2023. Apesar da maioria dos domicílios brasileiros estarem em SAN em 2023, 27,6% ainda viviam com algum grau de insegurança alimentar.

Prevalência de segurança alimentar e insegurança alimentar leve, moderada e grave nos domicílios particulares permanentes - 2004/2023 - Brasil (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023

ALTA RESOLUÇÃO IBGE

Dentre os domicílios com insegurança alimentar, 59,4% eram chefiados por mulheres, 15,2% de seus residentes se declaravam pretos e 54,5% se declaravam pardos.

Quando um/a adolescente vem para a UBS, você já observou quem o acompanha? Predominantemente, as mulheres são figuras centrais de apoio e cuidado para as/os adolescentes. Na ausência da figura materna, a função é exercida, em sua maioria, por outras mulheres, sejam elas avós, tias, madras, irmãs ou outras representantes femininas da família. Portanto, cuidar das mulheres significa cuidar, também, dos e das adolescentes. No seu território, tire um momento para ouvi-las.

Acerca deste tema, convidamos você a assistir ao filme *Que horas ela volta?* (2015), dirigido por Anna Muylaert. Anote suas

reflexões e pense sobre como as relações apresentadas no filme dialogam com o território em que você atua. Quais conexões podem ser feitas com a insegurança alimentar e com o papel das mulheres no cuidado?

Tire um tempo para andar no seu território e observe:

1. Como é o acesso aos alimentos?
2. Há mercearia, supermercado, feira livre, agricultura familiar, bancos de alimentos, restaurante popular, etc.?
3. Qual tipo de alimento é vendido? Há mais alimentos ultra-processados (embalados, coloridos, com corantes, conservantes), como salgadinhos chips, balas, macarrão instantâneo, comidas congeladas, salsicha, presunto, bolos prontos em pacotes, biscoitos, entre outros, ou *in natura*/minimamente processados, como arroz, verduras, legumes, frutas, feijão, queijo, leite, etc.?
4. O que você percebe sobre o preço desses alimentos?

Agora, vamos pensar em relação aos/as adolescentes. Você acha que a disponibilidade e o preço dos alimentos *in natura* e minimamente processados e ultraprocessados no território afetam a escolha dos/as adolescentes? Quais fatores também estão envolvidos? Guarde suas reflexões para discutirmos em grupo.

E quando o/a adolescente está privado/a de liberdade, que a alimentação é responsabilidade do Estado? Você sabe se é uma alimentação adequada para a faixa etária? Consulte mais sobre o assunto no capítulo “Segurança alimentar e nutricional no contexto de adolescentes em atendimento socioeducativo: panorama, políticas e desafios”, do Volume 3 do livro *Adolescências e Tessituras*.

Tempo de compreender

Agora chegou o momento de colocarmos em prática as reflexões geradas no tempo de ver. Nossa proposta é que, dentre os alimentos que estão mais acessíveis no seu território, você escolha alguns e anote uma receita com eles.

Quanto aos/as adolescentes no socioeducativo, quais receitas/pratos eles/as têm de lembrança? Durante o atendimento deles/as na UBS, experimente perguntar sobre isso.

Ao escutar essas respostas, observe:

▲ Essas lembranças estão associadas a quais contextos (família, território, datas especiais)?

▲ O que essas memórias revelam sobre o acesso à alimentação ao longo da vida desses/as adolescentes?

Registre essas percepções e, se possível, leve para discussão em equipe. Essas narrativas podem ampliar a compreensão sobre a insegurança alimentar e fortalecer o cuidado a partir da escuta e da realidade vivida pelos/as adolescentes.

Como abordado no curso, sabemos que diferentes desafios estão presentes na garantia da SAN no contexto das Unidades Básicas de Saúde. Separamos alguns:

▲ **Subnotificação e ausência de dados sistemáticos** sobre o estado nutricional de adolescentes atendidos/as.

▲ **Falta de protocolos padronizados** para avaliação e acompanhamento nutricional nas UBSs.

▲ **Baixa integração das Unidades Socioeducativas com as equipes de saúde** para promover uma construção do atendimento das equipes de saúde para lidar com questões alimentares em contextos de privação de liberdade.

▲ **Desarticulação intersetorial** entre saúde, justiça, assistência social e educação.

▲ **Desigualdade regional e estrutural** entre estados e municípios.

Escolha um desses desafios e escreva sobre estratégias para superá-lo. Essa proposta pode ser uma ideia sua ou de materiais a que você tenha tido acesso, como filmes, músicas, livros. Separe para compartilhar com a equipe.

Tempo de concluir

A segunda parte do Ciclo 2 procurou suscitar reflexões construídas a partir do território e das vivências dos/as adolescentes envolvendo a alimentação, além da ampliação da escuta para quem acompanha este/a adolescente.

Ao longo deste percurso, fomos convidados a olhar para a alimentação como direito, indo além do consumo de nutrientes, pois outros fatores afetam sua disponibilidade, escolha, forma de acesso e consumo. As receitas escolhidas e as lembranças trazidas pelos/as adolescentes revelam muito mais do que preferências: mostram trajetórias, vulnerabilidades e possibilidades.

Nesse sentido, pensar a insegurança alimentar e nutricional é também reconhecer quem cozinha, quem cuida, quem escolhe e, muitas vezes, quem precisa lidar com a falta. As mulheres, frequentemente centrais nesse cuidado, também são atravessadas por condições que impactam diretamente a alimentação das famílias.

Retomando a atividade, convidamos vocês a refletirem sobre o que essas receitas dizem sobre o território. Elas representam possibilidades reais ou adaptações diante da escassez? O que aparece nas falas dos/as adolescentes sobre comida: saudade, falta, prazer, improviso?

Encerramos este Ciclo 2 reforçando que a alimentação pode ser uma potente porta de entrada para o cuidado. Que essas reflexões possam ampliar a escuta e fortalecer práticas na Atenção Primária à Saúde. Registre suas impressões, aprendizados e inquietações, elas são parte fundamental desse processo.

Tessituras da trilha 3

Antes de partir para a Trilha 4, elaboramos um cardápio para que vocês possam se servir de referências, de maneira singular, cada um ao seu modo!

Escolha uma ou mais opções do cardápio e saboreie cada tema abordado nesta Trilha 3:

- ▲ racismo;
- ▲ direito à religiosidade;
- ▲ direito ao amor, gênero e sexualidade no sistema socioeducativo;
- ▲ direitos humanos: adolescências e vulnerabilidades;
- ▲ insegurança alimentar e nutricional.

Anote suas observações e percepções para compartilhar em grupo!

CARDÁPIO			
Nome	Mídia	Autoria	Publicação
Corpo preto – um filme sobre o viés racial na medicina	Curta -metragem	Direção Nani Oliveira	https://youtu.be/SVfX-MuAj2c0?si=-dCCx-biMK4l40URW
De onde eles vêm	Livro	Jeferson Tenório	
M8 – Quando a morte socorre a vida	Filme	Dirigido por Jeferson De e escrito por Jeferson De e Felipe Sholl	Streaming Netflix
Mano a Mano com Sueli Carneiro – Episódio – 26/05/2022	Podcast	Apresentado por Mano Brown	Streaming Spotify
Mano a Mano com Paulo Vieira – Episódio 08/05/2025	Podcast	Apresentado por Mano Brown	Streaming Spotify
Na minha pele	Livro	Lázaro Ramos	-

Na nossa pele	Livro	Lázaro Ramos	-
O avesso da pele	Livro	Jeferson Tenório	-
Olhos que condenam	Minis-série	Ava DuVernay	Streaming Netflix
O pacto da branquitude	Livro	Cida Bento	-
Quarto de despejo: diário de uma favelada	Livro	Carolina Maria de Jesus	-
Um defeito de cor	Livro	Ana Maria Gonçalves	-
A inflação de alimentos no Brasil: um fenômeno estrutural, específico e sistêmico	Livro	Valter Palmieri Junior	https://actbr.org.br/wp-content/uploads/2026/03/INFLACAO-DE-ALIMENTOS-NO-BRASIL.pdf
Ilha das Flores (1989)	Curta-metragem	Cecília Meireles, dirigido por Jorge Furtado	https://youtu.be/3W=0-9SxkJgo?si=xe0vLAGE3eXTY3Km
Quem tem fome, tem pressa	Música	Ação da Cidadania	https://youtu.be/AU_oa-FLNrVM?si=idH7vn-d5wath2ggS
Oorra	Música	Emicida	https://youtu.be/VaQi4ZbwDFI?si=-3-wc0ctMDwO0OA8V
Pra não ter tempo ruim	Música	Emicida	https://youtu.be/g8O-vwUg3Q7E?si=hfuZ-s5Eunou6g7PC
Tempos difíceis	Música	Racionais MC's	https://youtu.be/vm8j-VBgD4ml?si=MYvm7ff-FcdH3SifM

Rumo à Trilha 4

Na próxima trilha, convidamos você a aprofundar o olhar sobre a **clínica do/a adolescente em atendimento socioeducativo, reconhecendo especificidades, desafios e potencialidades. Vamos**

também refletir sobre o trabalho em equipe no território vivo, fortalecendo práticas compartilhadas, intersetoriais e sensíveis às realidades dos/as adolescentes. Vamos?

Referências

BRASIL. Decreto Legislativo n. 178, de 14/12/1999. Aprova os textos da Convenção 182 e da Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a proibição das piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 1999.

GRILLO, Cristiane de Freitas Cunha; NOBRE, Márcio Rimet; PRA-
TES, Patrícia Spyer (orgs.). **Direitos de crianças e adolescen-
tes: diagnóstico do município de Belo Horizonte: escuta dos
adolescentes. Belo Horizonte: IEAT/UFMG, 2024. Disponível
em:** [https://redeinfanciaeadolescenciaieat.org/#/escuta-dos-a-
dolescentes](https://redeinfanciaeadolescenciaieat.org/#/escuta-dos-a-
dolescentes). Acesso em: 22 jul. 2026.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma fa-
velada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.**

MANO a Mano: Sueli Carneiro. [S. l.]: Spotfy, 26 maio 2022. Epi-
sódio de podcast. *Mano Brown conversa com Sueli Carneiro. 1
faixa (139 min).* Disponível em: [https://open.spotify.com/episo-
de/2eTloWb3Nrjmog0RkUnCPr](https://open.spotify.com/episo-
de/2eTloWb3Nrjmog0RkUnCPr). Acesso em: 22 jul. 2026.

MC Bó do Catarina – Vida Loka Também Ama. [S. l.]: KondZilla,
10 dez. 2016. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo Canal KondZilla.
Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=yZwYB3yr-
QMU&t=65s](https://www.youtube.com/watch?v=yZwYB3yr-
QMU&t=65s). Acesso em: 22 jul. 2026.

